Contratação colectiva no sector empresarial local – reforçar e garantir direitos

VASCO SANTANA

Camaradas,
Uma forte saudação a todos.
Devido às opções dos diversos governos e das autarquias, falar do Sector Empresarial Local (SEL) é falar de uma realidade que envolve milhares de trabalhadores e que tem uma importância cada vez maior na prestação de serviços às populações.
Para o STAL, esta não pode ser uma discussão limitada a números, contas ou modelos de gestão. Estamos a falar de pessoas, de trabalhadores que todos os dias garantem serviços essenciais, muitas vezes com grande esforço e dedicação, e assim, falamos indiscutivelmente de direitos laborais que não podem nem devem ser postos em causa.
Temos de afirmar claramente que não aceitamos que o SEL seja utilizado como instrumento para fugir às responsabilidades, para desvalorizar o trabalho ou para criar trabalhadores com direitos diferentes perante a realização de funções de interesse público.
Não podemos aceitar que, em nome da eficiência ou da contenção de custos, sejam os trabalhadores a pagar a factura das opções políticas tomadas.
A precariedade não é eficiência. Os salários baixos não são eficiência. A retirada de direitos não é eficiência.
Se uma empresa municipal presta um serviço público essencial, então, esse serviço deve ser valorizado e os trabalhadores que o asseguram devem ter condições dignas, estabilidade profissional e direitos efectivos.
Neste contexto, a contratação colectiva assume uma importância fundamental neste sector.
A contratação colectiva é um de vários instrumentos essenciais para garantir direitos, estabelecer condições de trabalho dignas e combater a individualização e a fragilização das relações laborais.
É através da negociação colectiva que os trabalhadores, organizados no STAL, podem fazer valer a sua força e conquistar melhores salários, horários de trabalho mais justos, carreiras, progressões, direitos sociais e melhores condições de saúde e segurança nos seus locais de trabalho.
A contratação colectiva significa organização, solidariedade e igualdade de direitos.
No SEL, esta questão assume uma particular importância porque encontramos realidades muito diferenciadas entre empresas, municípios e trabalhadores. Existem trabalhadores que desempenham funções semelhantes, ou mesmo iguais, mas que podem estar sujeitos a condições laborais muito diferentes (como é o exemplo dos horários de trabalho e das remunerações).
Não podemos aceitar que a natureza jurídica da entidade empregadora seja utilizada para justificar a degradação das condições de trabalho.
A trabalho igual deve corresponder a salário e direitos iguais!
Por isso, o STAL deve continuar a defender e a reforçar a contratação colectiva no sector, combatendo a tentativa de substituir a negociação colectiva por soluções individuais ou por regulamentos impostos unilateralmente e, para que isto aconteça, a presença nos locais de trabalho e o conhecimento dos mesmos é indispensável.
Só assim é que podemos intervir e obrigar as administrações a negociar.
A contratação colectiva deve ser vista como uma ferramenta de progresso e não como um obstáculo à gestão.
Uma empresa municipal que respeita a contratação colectiva é uma empresa que reconhece que os trabalhadores são parte fundamental da organização e que o diálogo social é indispensável.
E aqui há uma questão que não podemos ignorar: sem uma negociação colectiva forte, os trabalhadores ficam mais isolados e mais vulneráveis, e é por isso que os sucessivos governos tentam manietar o poder negocial dos sindicatos com medidas como a caducidade das convenções colectivas.

É através do STAL e da sua intervenção nos locais de trabalho que conseguimos transformar problemas individuais em reivindicações colectivas e transformar reivindicações colectivas em direitos.
Precisamos de valorizar quem trabalha. É também fundamental combater a ideia de que existem trabalhadores de primeira e trabalhadores de segunda.
Trabalhadores que desempenham funções essenciais para o município e para as populações não podem ser discriminados em função da entidade jurídica que os emprega.
É aqui que a intervenção sindical assume uma importância decisiva.
O STAL tem de estar presente, organizado e atento. Temos de acompanhar as condições de trabalho, denunciar situações de precariedade, combater a desregulação das relações laborais e exigir o respeito pela contratação colectiva e pelos direitos conquistados ao longo de décadas de luta.
Mas temos também de ir mais longe.
Temos de exigir a valorização dos trabalhadores do SEL. Valorização salarial, progressão profissional, formação, estabilidade, melhores condições de trabalho e reconhecimento das funções que desempenham.
E temos de defender uma questão que consideramos essencial: a prestação de serviços públicos deve estar subordinada ao interesse das populações e não à lógica do lucro ou da redução de custos à custa dos trabalhadores.
Quando se fala em empresarialização, fala-se de gestão. Queremos falar também de trabalho e de quem cria a riqueza e presta os serviços à população.
Queremos saber quem trabalha e em que condições o faz, quanto recebe, que direitos tem e que futuro profissional lhe está garantido.
Porque, por trás de cada serviço prestado há trabalhadores. São eles que conduzem, limpam, tratam, reparam, atendem, fiscalizam, mantêm equipamentos e garantem que os serviços funcionam.
Sem trabalhadores não há Serviço Público. E sem direitos dos trabalhadores não há verdadeiro Serviço Público de qualidade.
Por isso, a nossa intervenção deve ser firme. Devemos organizar os trabalhadores, reforçar a acção sindical integrada e lutar contra todas as formas de precariedade e desvalorização profissional.
Devemos exigir que os municípios assumam as suas responsabilidades e que as opções de gestão não sejam feitas à custa de quem trabalha.
Devemos defender a contratação colectiva como instrumento de valorização, de igualdade e de progresso social, reforçando a capacidade negocial dos trabalhadores e deste grande sindicato.
O STAL tem tentado acompanhar o sector empresarial e os seus trabalhadores e, apesar das dificuldades impostas pelas administrações das empresas e das limitações que possamos ter, podemos mesmo assim mostrar um trabalho importante.
Durante os últimos anos, assinámos novos acordos e revimos outros, podemos salientar os seguintes: ADIN, APDSE, TUB, AGERE, Tratolixo, Maia Ambiente, Águas do Ribatejo, Gesamb, EMAS, Resialentejo, EMARP, entre outros.
Temos outros acordos que ainda se encontram em negociação, e podemos concluir que continuamos a dar passos firmes para melhorarmos a resposta à necessidade destes trabalhadores.
Podemos também afirmar que, apesar de estes acordos não resolverem todos os problemas com que nos deparamos, não assinamos acordos com "banco de horas" nem adaptabilidade horária, o que garante uma maior salvaguarda aos trabalhadores.
E devemos deixar uma mensagem muito clara: Os trabalhadores do SEL não podem estar sozinhos!
O STAL estará com eles na defesa dos seus direitos, dos seus salários, da contratação coletiva, da estabilidade e da dignidade no trabalho.
Porque defender os trabalhadores é também defender o Poder Local Democrático.
Defender os Serviços Públicos é defender as populações. E defender quem trabalha é defender uma sociedade mais justa e fraterna.

É com organização, unidade e luta que conseguiremos avançar.
Viva os Serviços Públicos e o Poder Local Democrático!
Viva a 5.ª conferência do STAL!
Viva a luta dos trabalhadores!
A LUTA CONTINUA!!!!!